



Anais do Museu Paulista

ISSN: 0101-4714

mp@edu.usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

de Menezes Borrego, Maria Aparecida
Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista
Anais do Museu Paulista, vol. 25, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 199-225
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27351198010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista¹

Maria Aparecida de Menezes Borrego²

RESUMO: A partir de uma pesquisa desenvolvida no Museu Paulista da Universidade de São Paulo sobre o espaço doméstico e a cultura material em São Paulo colonial, buscaremos problematizar o ofício do historiador ao lidar com documentos de natureza diversa. Comentaremos como se estabeleceu e se conformou, ao longo do trabalho, um diálogo crítico entre as fontes tridimensionais – as peças do acervo – e as fontes textuais produzidas no contexto de origem dos artefatos domésticos – sobretudo inventários. Com base na catalogação de acervo, pretendemos discutir situações de aproximação e incompatibilidade colocadas, muitas vezes, entre os termos utilizados pelos coevos para designar determinadas peças de mobiliário nos séculos XVIII e XIX e a classificação das peças em instituições museológicas. Para tanto, jogaremos luzes sobre caixas e arcas, pois esses móveis de conter e de guardar eram onipresentes nas casas setecentistas do império português.

PALAVRAS-CHAVE: Fontes. Móveis. Espaço doméstico. Colônia. Museu.

ABSTRACT: This paper analyzes the way historians deal with different types of historical documents (considering their origins) based on a research conducted at the Paulista Museum of the University of São Paulo on the theme of domestic space and material culture in colonial São Paulo. We will discuss how a critical dialogue was established between the tridimensional sources - the pieces of the collection - and the textual sources produced in the original context of the domestic artifacts - especially inventories. Based on the cataloging of the collection, we analyze situations of approximation and incompatibility often created by the use of the terms by the contemporaries to designate certain pieces of furniture in the 18th and 19th centuries and the terms used in the process of pieces classification in museological institutions. In order to do so, we will shed light on boxes and chests, because these kind of furniture to contain and store were ubiquitous in the 18th century houses of the Portuguese Empire.

KEYWORDS: Sources. Furniture. Domestic space. Colony. Museum.

1. Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), modalidade Jovem Pesquisador (2011-2014).

2. Historiadora. Docente do Departamento de Acervo e Curadoria do Museu Paulista e do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *E-mail:* <maborrego@usp.br>.

3. Carvalho, Paula Carolina de Andrade (2014).

4. Carvalho, Paula Carolina de Andrade (2014).

5. Em 1927, a seção botânica do museu foi transferida para o recém-criado Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Em 1941, as coleções de ciências naturais foram enviadas para o novo prédio do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, que daria origem ao Museu de Zoologia da USP. Por fim, com a inauguração do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em 1989, foram para lá transferidos os acervos a ele relacionados. Para mais informações, ver Brefe (2011).

6. Paixão (1999).

7. Ferrez; Bianchi (1987).

Introdução

O acervo geral do Museu Paulista teve como um de seus núcleos fundadores a coleção de objetos reunida pelo coronel Joaquim Sertório em sua residência, um museu particular, do qual constavam espécimes de história natural e peças de interesse etnográfico e histórico, entre as quais móveis.³ Em 1890, a coleção foi doada ao Governo do Estado de São Paulo, ao ser criado o Museu do Estado, logo rebatizado de Museu Paulista, que passou a funcionar oficialmente no local onde se encontra, no bairro do Ipiranga, em 1895.⁴

Dedicado ao estudo de história natural, mas desde sempre marco representativo da Independência, o Museu Paulista guardava traços do modelo enciclopédico predominante nos museus oitocentistas, gradualmente caminhando rumo a uma especialização voltada à história, com destaque para a história de São Paulo. Como reforço desse caráter histórico, ao longo do século XX, acervos relacionados a zoologia, botânica, arqueologia e etnologia foram sucessivamente transferidos para diferentes instituições.⁵

A partir de 1989, sob a direção de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, novas diretrizes foram adotadas para o trabalho no museu, definitivamente considerado um museu especializado em pesquisas no campo da história, e a cultura material foi assumida como área de concentração para as análises desenvolvidas nas linhas de pesquisa institucionais.

Nesse momento, quando da criação do Programa de Organização Física e Documental dos acervos institucionais, elegeu-se o acervo de mobiliário como um dos principais núcleos a serem pesquisados, o qual, por quantidade e qualidade, é um dos mais destacados da instituição. Nos anos seguintes, visando-se a uma catalogação avançada desse núcleo, foi elaborado o *Sistema descritivo para acervos de mobiliário*, levado a cabo pela museóloga Giselle Paixão, coordenado por Heloísa Barbuy e finalizado em 1999, na gestão de Raquel Glezer.⁶

Trata-se de um trabalho de coleta feito com base no vocabulário utilizado entre os próprios autores de livros sobre mobiliário, em publicações afins, e em *thesauri* já estabelecidos, como o *Thesaurus para acervos museológicos*, de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchi, de 1987.⁷ A partir da organização dos dados, foram produzidas as reformulações e adequações necessárias à realidade do Museu Paulista.

De particular interesse para a elaboração do instrumento foi o contato com as fichas pertencentes às chamadas "Descrições de mobiliário do acervo do Museu Paulista", de autoria de José Wasth Rodrigues, colaborador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaboradas em 1948 sobre 70 peças do acervo e que ainda hoje figuram no campo "Descrição" do atual Banco de Dados e Imagens da instituição.

É com base nessa catalogação que pretendemos discutir situações de incompatibilidade colocadas, muitas vezes, entre os termos utilizados pelos

coevos para designar determinadas peças de mobiliário nos séculos XVIII e XIX e a classificação das peças em instituições museológicas, bem como os problemas dela decorrentes.

Como estudo de caso, jogaremos luzes sobre arcas e caixas, pois esses móveis de conter e de guardar, pode-se dizer, eram onipresentes em toda a casa setecentista do império português.

Desafios do trabalho com fontes de natureza variada

A investigação partiu da observação de uma centena de peças de mobiliário datadas do século XVII até a primeira metade do século XIX, pertencentes às coleções do museu, com o intuito de refletir sobre as conjunturas vivenciadas pelos habitantes da cidade de São Paulo colonial. E, num movimento de mão dupla, buscou compreender esses mesmos artefatos musealizados a partir de sua função utilitária e social no contexto de origem.

Para compreender o ambiente de produção dos bens, foram consultados 87 inventários *post mortem*, abertos entre 1740 e 1840, de diversos segmentos sociais, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp) e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Atjesp), atentando-se para os objetos descritos nos interiores domésticos de tipologias similares aos encontrados no acervo do Museu Paulista.⁸

Já para entender o contexto de musealização, reunimos elementos sobre a constituição de acervos no Museu Paulista e a trajetória expositiva das peças a partir do levantamento de conjuntos documentais guardados no Serviço de Documentação Textual e Iconografia e no Serviço de Objetos da instituição.

O procedimento metodológico do uso de documentos de variada natureza para o estudo das dimensões materiais da vida social foi denominado por Vânia Carneiro de Carvalho⁹ como o diálogo crítico entre cultura material e fontes textuais e por Marcelo Rede, como o arranjo calibrado de fontes, para quem

uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir da defesa de sua superioridade ou da exclusão dos documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco.¹⁰

O controle recíproco das fontes proposto por Rede sugere que as informações coletadas em documentos de natureza diversa necessariamente não se complementam. A esse respeito, Ulpiano Bezerra de Meneses chama a atenção para

a inadequação de uma expectativa assídua, em que se imagina que as fontes devam forçosamente convergir para um mesmo ponto de fuga, embora diferencialmente. Tal expectativa corresponde a uma visão imprópria do funcionamento da sociedade e da cultura, em que se

8. A listagem completa dos inventários, contendo os nomes dos inventariados, as datas de abertura dos processos e a localização, está nas Referências, para não sobrecarregar o texto.

9. Carvalho, Vânia Carneiro de (2008).

10. Rede (1996, p. 277).

11. Meneses (2005, p. 43).

12. Apesp – Inventários e testamentos – João da Mota Liver – 1771 – C00654. Optamos por atualizar a grafia das palavras registradas nos inventários para melhor compreensão.

eliminou (sic) o conflito e a incoerência e, portanto, a possibilidade da presença de práticas e representações desencontradas.¹¹

A percepção da aproximação, por um lado, e do descompasso, por outro, entre as fontes textuais e materiais foi experimentada quando nos propusemos a analisar a mobilidade espacial e a sedimentação das populações na cidade de São Paulo e nos interiores domésticos durante os séculos XVIII e XIX a partir dos móveis de guarda, especialmente de canastras, baús, arcas e caixas, que pertencem ao acervo do Museu Paulista.

As canastras em uso e em exposição

Em pesquisa anterior sobre o papel dos comerciantes no desenvolvimento da capital paulista na primeira metade dos setecentos, constatamos a intensa movimentação desses homens entre São Paulo, Rio de Janeiro e as áreas mineradoras de Cuiabá e Goiás e identificamos os produtos disponíveis ao público nas lojas de fazenda seca e destinados ao abastecimento das populações interioranas. Se as fontes textuais deram a conhecer o que circulava nas capitânias do centro-sul da América portuguesa, restou perguntar onde os artefatos eram acondicionados nas casas e como eram conduzidos de uma localidade para outra.

A leitura dos 87 inventários evidenciou que o mobiliário com tampo de abrir era o que predominava nos interiores domésticos, depois dos móveis de assento. É legítimo supor que a intensa mobilidade espacial vivenciada pelos comerciantes que residiam na cidade de São Paulo, no século XVIII, tenha se refletido no apego aos baús, às canastras, às arcas e às caixas de carga utilizados para o transporte de mercadorias e de bens próprios.

No inventário do marceneiro João da Mota Liver, aberto em 1771, são mencionadas “duas canastras de cedro por encourar sem engonços nem fechaduras”,¹² avaliadas em 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis). Justamente por elas estarem inacabadas quando da morte do oficial mecânico, a descrição dos avaliadores nos dá a conhecer quais eram, de fato, os componentes considerados principais da peça. Nos registros, invariavelmente, aparecem a cobertura de couro ou sola e a existência ou não de fechaduras. Das 43 canastras localizadas nos inventários, 34 foram citadas em pares, o que poderia ser explicado pela necessidade de distribuir o peso igualmente entre os flancos de um animal.

A descrição em inventários, no entanto, não nos furta a buscar compreender o uso do artefato a partir de seus próprios atributos físicos e é no confronto de fontes que deparamos com a complementação ou o desacordo de informações.

No Museu Paulista, há uma canastra datada do século XIX que pertenceu a Antônio Bento de Moura e foi doada ao museu por sua filha, Sra. Alda Beatriz de Moura, em 1984 (Figura 1). O proprietário era filho de Bento

Vieira de Moura, soldado da guarda de honra de D. Pedro I e um dos integrantes da comitiva do príncipe regente por ocasião da proclamação da independência. Até o fechamento do Museu Paulista para reformas, em agosto de 2013, encontrava-se no subsolo do edifício, na exposição dedicada a Instrumentos de Mineração e Objetos de Tropeirismo.



Figura 1: Arca: canastra – século XIX – Museu Paulista/USP. Fotografia de Hélio Nobre e José Rosa-el. RG 1-05-03-000-06413-00-00

Seus traços físicos revelam a adequação do artefato para o transporte de mercadorias em viagens. Medindo 77 cm de comprimento, 36 cm de profundidade e 37 cm de altura, tem estrutura de madeira revestida de couro em pelo, fechadura de espelho quadrado e alças laterais de metal. Para além do próprio revestimento em couro, o que protegia a carga das chuvas eram as abas que pendiam da tampa, vedando a caixa. Esse atributo – as abas – não foi mencionado na documentação textual, tampouco as argolas laterais, talvez por lhe serem constituintes. O que nos é informado pelas fontes, como se viu, é que eram encouradas, com fechadura e, em geral, figuravam aos pares para melhor se distribuírem no lombo dos animais.

Outra informação ausente nos inventários é o peso dos artefatos, que se pode avaliar com o objeto em mãos. No caso, a canastra do museu pesa 11,26 kg, mais leve do que qualquer outro móvel de guarda do acervo, o que indica sua melhor adequação às jornadas. Mais uma vez, fica evidente a importância da materialidade da peça para a compreensão de seu emprego no contexto de origem.

Sob outra perspectiva – a da iconografia –, a gravura “Acampamento noturno de viajantes” (Figura 2), inserida no segundo volume da *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, publicada em 1835, além de corroborar a função das canastras quanto ao acondicionamento e transporte de mercadorias, apresenta mais uma função, agora ligada à proteção dos próprios viajantes.

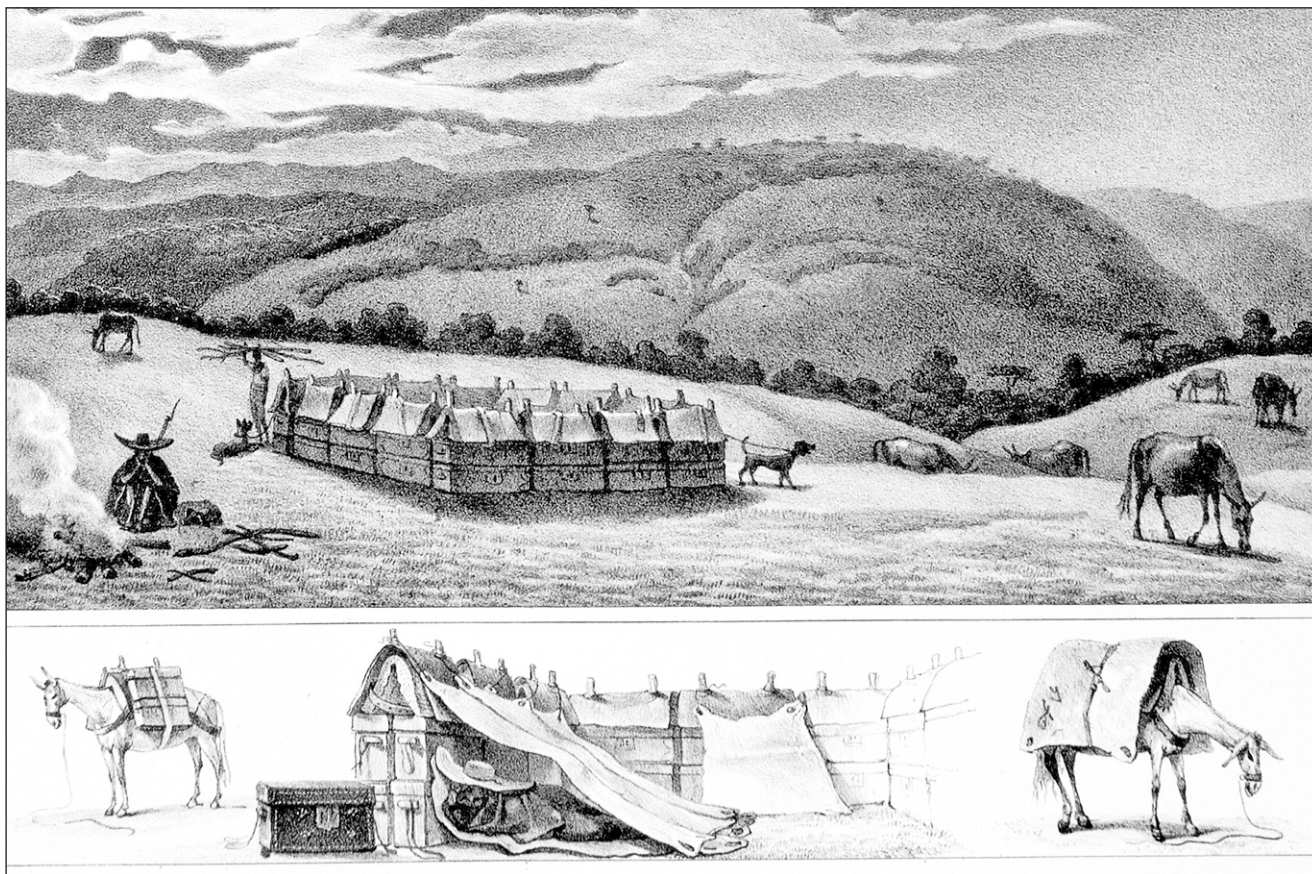


Figura 2: Acampamento noturno de viajantes – Jean-Baptiste Debret (1835). Fonte: <http://www.brasiliana.usp.br/search?filtertype=e=&filter=camp+nocturne+de+voyageurs&submit_search-filter-controls_add=Buscar>

Na imagem, fica sugerido que, no momento de repouso da tropa, as canastras eram retiradas dos lombos dos animais para que estes descansassem e colocadas umas ao lado das outras e umas sobre as outras, de modo que formassem uma muralha, dentro da qual os viajantes pudessem dormir.

No detalhe da gravura, percebemos o emprego das canastras tanto como apoio quanto como abrigo para o viajante fatigado pela exaustiva marcha realizada ao longo do dia. O couro destinado a preservar a carga do sol e da umidade no lombo dos animais passava, então, a ser usado, à noite, para proteger o mercador das intempéries.

Ainda que seja duvidosa a presença de Debret no local original do acampamento, retratado, segundo alguns historiadores, pelo prussiano Friedrich

Sellow, de quem o pintor francês teria copiado a imagem,¹³ o artista – nesse caso, a dúvida quanto à autoria não é impeditiva para a análise – acabou por expor as múltiplas funções de um determinado artefato, nos incitando a refletir sobre as novas práticas sociais e comportamentos humanos advindos de novas interações entre os mesmos corpos e objetos em contextos diferentes.¹⁴

Se no caso das canastras houve a coincidência e, poderíamos dizer, a complementação das características registradas nos inventários e perceptíveis ao olhar na gravura e na peça de museu, o mesmo não se pode dizer para os baús e as arcas, ou seja, o que é descrito como baú e arca nos inventários paulistas consultados não corresponde ao que é nomeado como tal no acervo do Museu Paulista. E foi a própria materialidade dos objetos que evidenciou os desencontros.

A nosso ver, tal disparidade se deve ao fato de que as classificações adotadas em espaços museais, em geral, se baseiam nos *thesauri* museológicos, nos acervos e catálogos de outros museus e nos estudos de mobiliário, como já comentado. E, assim, cria-se um círculo vicioso em que as mesmas obras e autores acabam por servir de fonte, sem que necessariamente se leve em consideração a designação dada pelos coevos aos objetos e que pode ser apreendida a partir da consulta a documentos de época, ainda mais os de caráter serial, como são os inventários.

As caixas na casa colonial e as arcas no museu

Atentemos para o caso da arca a partir da seleção de dois móveis assim classificados no Museu Paulista (Figuras 3 e 4).

O primeiro móvel tem estrutura em cedro, com guarnições de jacarandá, medindo 85 cm de comprimento, 47 cm de profundidade e 53 cm de altura e com peso de 30,30 kg. Na parte da frente e nas laterais, apresenta almofadas em forma de losangos e é decorado com tremidos.¹⁵ Dispõe de tampa, fechadura, pés recortados, duas gavetas na parte inferior e duas alças de ferro nos lados. No seu interior, sobre as gavetas, há vazados em madeira recortados em forma de rosetas.¹⁶

Já o segundo, também de cedro, é maior, tendo como dimensões 142,50 cm de comprimento, 62 cm de profundidade e 59 cm de altura, e pesa 53,70 kg. Tem estrutura lisa, tampa emoldurada com jacarandá, fechadura, alças laterais de ferro forjado, mas não possui pés. A única gaveta fica na parte interior à esquerda, por baixo de um escaninho.¹⁷

Vejam agora o que se entendia por arca no contexto paulistano dos séculos XVIII e XIX. As primeiras arcas mencionadas no universo de pesquisa deste artigo pertenciam ao boticário e comerciante Manuel José da Cunha, como se depreende de seu inventário, aberto em 1746: “Uma arca grande de moscóvia de seis palmos com duas fechaduras em bom uso”, avaliada em 7\$000, e “outra

13. Trindade (2008).

14. Sobre a relação corpo-objeto nos estudos de cultura material, ver Carvalho, Vânia Carneiro de (2008), Hellman (1999), Sargentson (2007), Goodman (2007).

15. De acordo com Flexor, tremido foi termo criado e empregado pelos colaboradores do IPHAN e difundido pelas instituições museológicas e antiquários (2009, p. 27).

16. Informações obtidas nos registros do Banco de Dados e Imagens do Museu Paulista/USP.

17. Informações obtidas nos registros do Banco de Dados e Imagens do Museu Paulista/USP.



Figura 3: Arca – século XVIII – Museu Paulista/USP. Fotografia de Hélio Nobre e José Rosael.
RG 1-05-03-000-00062-00-00



Figura 4: Arca – século XVIII – Museu Paulista/USP. Fotografia de Hélio Nobre e José Rosael.
RG 1-05-03-000-00608-00-00

dita arca de moscóvia de quatro palmos com uma fechadura em bom uso", no valor de 4\$800.¹⁸ Também de moscóvia era coberta a arca grande do mercador Manuel Gonçalves Sete, falecido em 1755, com duas fechaduras e seus travos, calculada em 3\$520.¹⁹ Já o homem de negócios Manoel Mendes de Almeida possuía "uma arca de [...] de quatro palmos de comprido e dois de largo com pregaria miúda, [...] de moscóvia, com sua fechadura", porém sem avaliação no processo aberto em 1756.²⁰ Do inventário de Francisco Afonso Lima, também ocorrido no mesmo ano, foram listadas "uma arca grande de moscóvia com pregaria miúda branca de cinco palmos de comprido e dois de largo com duas fechaduras" e "uma dita arca de moscóvia com pregaria miúda já velha de cinco palmos de comprido e dois de largo com suas fechaduras", valendo, respectivamente, 4\$000 e 2\$000.²¹ Francisco Pinheiro de Sepeda, que vivia de seus negócios, também era detentor de duas peças, assim caracterizadas no processo de 1760: "Uma arca de couro cru com duas fechaduras e com pregaria miúda já usada", avaliada em 2\$560, e outra, "de moscóvia de pregaria com duas fechaduras já velha sem forro e fundo roto", em 1\$920.²² Por fim, a última arca citada no conjunto de inventários consultados consta do inventário do carpinteiro Manoel Francisco Domingues, aberto em 1771, e foi descrita como "uma arca de moscóvia sem fechadura de quatro palmos de comprido e dois de largo forrada de [...] com seus pés de taboa", por \$800.²³

Desse momento até a data extrema de 1840, não houve mais registro algum de arcas. Como se vê, segundo os 87 inventários consultados, das únicas nove arcas registradas, uma era de couro cru e oito eram de moscóvia, que correspondia, em princípio, a um couro de cor mais ou menos arroxada ou acastanhada que se preparava na Rússia e com que se cobriam baús, cadeiras etc.²⁴ Todas possuíam fechaduras e cinco eram adornadas com pregaria, que serviam também para prender o couro.

As características das arcas muito se assemelham às dos baús que, nos inventários, também são descritos como revestidos de couro. Essa é uma similaridade, dentre várias, que encontramos entre os contextos paulista e baiano. No glossário do *Mobiliário baiano*, Maria Helena Flexor coloca na mesma entrada "baú e arca de couro de moscóvia – peças de madeira em forma de caixa, cobertas de couro de origem russa".²⁵

Em face das distâncias que separam os aspectos materiais das fontes tridimensionais – as arcas do museu – e os mencionados nos documentos escritos de época, indagamos quais móveis setecentistas corresponderiam às arcas do Museu Paulista.

Analisando os objetos denominados como caixas nos inventários, encontramos vários elementos correspondentes às peças do acervo: todas eram confeccionadas em madeira, sem revestimento de couro, possuíam fechaduras e, entre as que eram guarnecidas com gavetas, por vezes embaixo – como a do museu –, algumas eram de jacarandá-da-baía. Tais características podem ser

18. Apesp – Inventários e testamentos – 1746 – C00651.

19. Apesp – Inventários e testamentos – 1755 – C00653.

20. Apesp – Inventários e testamentos – 1756 – C00532.

21. Apesp – Inventários e testamentos – 1756 – C00690.

22. Apesp – Inventários e testamentos – 1760 – C00690.

23. Apesp – Inventários e testamentos – 1771 – C00652.

24. Segundo as *Normas de Inventário – Mobiliário* do MatrizNet, que congrega os museus portugueses associados ao Instituto de Museus e Conservação, o termo designava o processo de curtimento que conferia à pele maleabilidade e um padrão adamantino (2004, p. 42).

25. Flexor (2009, p. 147).

constatadas nas descrições de algumas peças que os louvados empreenderam ao avaliar as peças nos séculos XVIII e XIX (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição de caixas nos inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840 – Apesp e Atjesp

ANO	DESCRIÇÃO	VALOR	INVENTARIADO ²⁶
1746	Uma caixa da Bahia com sua gaveta e uma fechadura na gaveta e outra na caixa com suas argolas	6\$400	João Rodrigues Vaz
1755	Uma caixa feita de jacarandá-da-baía com duas gavetas embaixo, de sete palmos de comprido e três de largo	16\$000	José Barbosa de Lima
1755	De jacarandá, com suas molduras, duas gavetas, com fechaduras e chaves, de seis palmos de comprido inteira de pouco mais três de largo	16\$000	Alexandre Monteiro Sampaio
1756	Uma caixa grande de jacarandá-da-baía, de oito palmos de comprido e três e meio de largo, lavrada, com duas gavetas e quadrados, com suas fechaduras todas com chaves	20\$000	Manuel Mendes de Almeida
1756	Uma dita caixa de vinhático de oito palmos de comprido e três e meio de largo com duas gavetas fechaduras e chaves e a caixa também com fechaduras	9\$600	Manuel Mendes de Almeida
1768	Uma caixa grande de vinhático com suas molduras e gavetas feita na Bahia	12\$800	Inácia Maria Rodrigues
1771	Uma caixa de madeira da terra com suas molduras e gavetas por baixo com sua fechadura e chave e quatro palmos e meio de comprido e dois e meio de largo de madeira de cedro	4\$800	João da Mota Liver
1781	Uma caixa de jacarandá feita na Bahia de duas gavetas por baixo, grande	12\$800	Francisco Pereira Mendes
1781	Outra dita caixa de jacarandá grande com duas gavetas e menos obra	8\$000	Francisco Pereira Mendes

ANO	DESCRIÇÃO	VALOR	INVENTARIADO ²⁶
1823	Uma caixa com duas gavetas e um gavetão, com fechaduras e chaves	4\$000	Bento Dias Vieira
1823	Uma caixa, à maneira de um guarda roupa, com duas gavetas, e um gavetão, com fechaduras e chaves	4\$000	Bento Dias Vieira
1825	Uma caixa grande de jacarandá bem reforçada com duas gavetas com fechaduras e chaves	6\$400	José Vaz de Carvalho
1825	Uma dita pequena de jacarandá com duas gavetas	1\$600	José Vaz de Carvalho

Segundo Maria Helena Flexor, que estudou profundamente o mobiliário baiano a partir da nomenclatura de época com base em cerca de 2 mil inventários, “as caixas, chamadas indevidamente arcas nos museus, passaram do século XVI para o XVII e foram usadas na Bahia até os finais dos setecentos, com múltiplas funções”.²⁷

Ernani da Silva Bruno, em *O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos*, publicado em 1977, e Tilde Canti, em *O móvel no Brasil*, de 1980, fariam semelhantes comentários quanto à mudança de nomenclatura de caixa para arca. Para Bruno,

As arcas (ou caixas, como são mencionadas nos inventários e testamentos) constituem as peças de mobiliário mais numerosas (excetuando-se as cadeiras) na casa do planalto paulista de fins do século dezesseis a meados do [dezessete]. Aparecendo pela primeira vez em documento de 1590, elas totalizam 757 e figuram em 363 documentos.²⁸

Já Canti, pesquisando os remanescentes em acervos museológicos, explica que

os exemplares que encontramos para nosso estudo são todos conhecidos pelo termo arca, que é o atualmente empregado para designar esse tipo de móvel [caixa]. Entretanto, vamos procurar obedecer, neste trabalho, com relação ao século XVII, à antiga terminologia encontrada nos documentos pesquisados.²⁹

E de fato ela obedeceu, pois apresenta várias peças denominadas arcas nos museus brasileiros onde se encontram, mas, ao descrevê-las, lança mão do termo caixa, assim procedendo, por exemplo, com relação ao móvel do Museu Paulista (Figura 3), caracterizando-o como “caixa com almofadas contornadas por molduras de tremidos. Tampo com moldura entalhada na própria madeira”.³⁰

O que Flexor afirma a respeito das arcas de madeira para a realidade baiana é que “se encontra a designação de arca, para recipientes feitos em

26. A localização dos inventários nos arquivos encontra-se mencionada nas Referências.

27. Flexor (2009, p. 28).

28. Bruno (1977, p. 75).

29. Canti (1980, p. 95).

30. Canti (1980, p. 102-103).

31. Flexor (2009, p. 89).

32. Quadro elaborado a partir da consulta aos inventários arrolados nas Referências.

madeira, somente na segunda metade do século XVIII³¹. Nesse caso, as caixas se diferenciavam das arcas pela forma do tampo. As caixas apresentavam o tampo reto, apoiado diretamente sobre a parte inferior, enquanto as arcas tinham o tampo ligeiramente abaulado, que se encaixava e completava a altura da parte inferior do móvel.

Observando a distribuição de peças de mobiliário de guarda nos 87 inventários abertos entre 1740 e 1840 na cidade de São Paulo, podemos igualmente afirmar que as caixas eram os artefatos domésticos que mais se destacaram em todos os subperíodos estudados, totalizando 325 peças. E mesmo nas décadas iniciais do século XIX, quando já despontavam os armários e as cômodas, as caixas ainda eram maioria (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição de peças de mobiliário de guarda nos inventários abertos em São Paulo entre 1740 e 1840 – Apesp e Atjesp³²

	1741 A 1760 (42 INVENTÁRIOS)	1761 A 1800 (22 INVENTÁRIOS)	1801 A 1840 (23 INVENTÁRIOS)	TOTAL DE OBJETOS NOS INVENTÁRIOS
Arca	8	1	0	9
Guarda-Roupa	3	1	5	9
Contador	4	4	2	10
Papeleira	2	4	7	13
Armário	4	5	30	39
Cômoda	0	1	38	40
Canastra	4	4	35	43
Caixão	21	15	32	68
Baú	20	18	48	86
Caixa	166	79	80	325

Ou seja, se fossem consideradas as nomenclaturas usadas pelos coevos na São Paulo colonial, os móveis de guarda do acervo do Museu Paulista e pertencentes a outros espaços museais brasileiros não deveriam ser classificados

como arcas, mas, antes, como caixas. É o que Flexor procura fazer ao descrever e analisar os remanescentes coloniais pertencentes a instituições de salvaguarda na obra *Mobiliário baiano*, curiosamente muito semelhantes, no quesito decoração, aos móveis do Museu Paulista, seja pelas almofadas salientes em forma de losango, seja pelas molduras tremidas.

Contudo, não só vários acervos museológicos brasileiros apresentam as caixas como arcas, mas também em Portugal a denominação arca predomina. Para Fernanda de Castro Freire, que organizou o catálogo do Museu de Artes Decorativas Portuguesas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa,

a arca é móvel de conter de todos os tempos e todas as funções; pertence àquela pequena elite de móveis que, pelas suas qualidades, é útil por excelência e do qual outros móveis derivaram.³³

Essas observações sugerem que possivelmente no reino, nos séculos passados, arca era o nome comumente dado ao móvel de conter, geralmente de forma retangular, composto de receptáculo fechado por tampa plana.³⁴ Qual não foi nossa surpresa, porém, ao ler a obra seminal de Nuno Madureira sobre os interiores domésticos de Lisboa, ancorada na análise de centenas de inventários orfanológicos datados do século XVIII e inícios do XIX, e encontrar um comentário seu a respeito das caixas e arcas com o seguinte teor:

ao contrário do que se poderia pensar pelo conhecimento do nosso espólio museológico, há móveis de guarda com abertura por tampa bem mais importantes na vida quotidiana que a arca e o baú. Estão nesse caso os volumosos caixões bem como as caixas de formato abaulado. Não andáremos longe da verdade se os descrevêssemos como caixotes baratos, abundantes nas casas onde é preciso muito espaço para arrumações.³⁵

Tal comentário parece pretender alertar os museus a buscarem mais informações nos inventários dos séculos passados para classificar seus acervos. Será?

Para o cenário nacional, Flexor atribui a mudança de nomenclatura das caixas aos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, atualmente IPHAN, que passaram a empregar o termo arca em seus estudos de mobiliário nas décadas de 1940 e 1950 e acabaram por disseminá-lo.³⁶

De fato, o SPHAN abriu o caminho para uma historiografia do mobiliário brasileiro, publicando, desde o primeiro número da *Revista do SPHAN*, artigos sobre a temática. Em 1937, o chamado Mobiliário Nacional apareceu por meio de documentação fotográfica.³⁷ Em 1939, foi publicado o artigo "Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro", de Lucio Costa;³⁸ em 1942, o artigo "O estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro", de José Almeida Santos;³⁹ e, em 1943, o artigo "Móveis antigos de Minas Gerais", de José Wasth Rodrigues.⁴⁰

Essa produção se enquadrava na agenda de trabalho do órgão, que necessitava de respaldo especializado para a implantação e o gerenciamento do tombamento dos bens culturais no Brasil, um instrumento legal defendido durante

33. Freire (2000, p. 43).

34. Essa é, inclusive, a interpretação dada por Carlos Franco aos móveis de conter ou guardar das casas das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII, ao afirmar que o conjunto de arcas, baús e caixões eram "diferentemente nomeados, mas muito idênticos na forma, função e localização" (2007, p. 96)

35. Madureira (1992, p.179).

36. Flexor (1993).

37. Rspan (1937).

38. Costa, Lucio (1939).

39. Santos, José Almeida (1942).

40. Rodrigues (1943).

41. Gonçalves (2012, p. 150).

42. Julião (2009, p. 141-161).

43. Museu Paulista – Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Relatórios de Atividades – 1948, Anexo, p. 1-2.

44. Brandão (2006).

45. Lima; Carvalho (1993); Costa, Eduardo (2015).

46. Brandão (2006).

47. Rodrigues (1943); Silva (2010).

décadas por preservacionistas como Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão durante 30 anos. No crucial trabalho de interpretação e produção simbólica do que seria reconhecido como patrimônio histórico e artístico nacional, “o passado colonial, lido na chave da experiência de conquista e colonização do território pelos portugueses, viria a conformar a linha fundamental de articulação dos tombamentos”.⁴¹

Ainda que os bens móveis não fossem o alvo privilegiado de tombamento do órgão, no qual tinha primazia o patrimônio edificado – apenas se procedeu a 31 inscrições no livro de tombo, ou seja, aproximadamente 4,5% do total de 689 inscrições efetuadas entre 1938 e 1967 –, para assegurar critérios rigorosos na aquisição de objetos com vistas à criação de novos museus e na avaliação de peças já musealizadas, o SPHAN demandava a peritos e artistas pareceres que consubstanciavam suas decisões.⁴²

É nesse contexto que podemos entender a missão de José Wasth Rodrigues, a serviço do SPHAN, no Museu Paulista, durante a gestão de Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com o “Relatório de atividades de 1948”, escrito pelo historiógrafo-chefe da Seção de História, Tito Lívio Ferreira, e endereçado ao diretor da instituição, temos conhecimento de que

conforme o entendimento havido entre V.Sa. [Sérgio Buarque de Holanda] e a diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação [Rodrigo Melo Franco de Andrade], o Sr. José Wasth Rodrigues procedeu à catalogação e descrição de todas as peças expostas na galeria de armas, dos transportes coloniais e do mobiliário antigo. Levou cerca de dois meses nesse trabalho revelador de seus profundos conhecimentos de armaria e de objetos históricos. E daí ter procurado autenticar todas as peças e objetos por ele estudados, classificando-os.⁴³

Nascido em 1891 e falecido em 1957, Wasth Rodrigues foi pintor, desenhista, ceramista, ilustrador, historiador e professor. Agraciado com uma pensão do Governo do Estado de São Paulo, viajou para Paris, onde se matriculou na *Académie Julian* e na Escola Nacional de Belas Artes.⁴⁴ Após retornar a São Paulo no início da Primeira Guerra Mundial, continuamente expôs trabalhos e realizou uma infinidade de atividades ligadas às artes, inclusive retratos de personagens históricos e pinturas de diversas vistas da cidade de São Paulo por encomenda do então diretor do Museu Paulista, Affonso de Taunay, na década de 1920, as quais ainda hoje concorrem para construir o imaginário acerca do bandeirante paulista.⁴⁵

Paralelamente, Wasth Rodrigues amealhou muitos conhecimentos acerca do mobiliário colonial nas viagens realizadas por inúmeras cidades de Minas Gerais desde 1915, quando começou a visitar a região em busca dos remanescentes imóveis e móveis coloniais.⁴⁶ Em 1921, percorreu o norte do país, Bahia e Pernambuco. Como resultado dessas viagens, publicaria em 1943, na *Revista do SPHAN*, o artigo “Móveis antigos de Minas Gerais”,⁴⁷ como já apontado.

Se nesse texto suas descrições e análises das peças de mobiliário são quase que exclusivamente empreendidas a partir da avaliação *in loco*, no capítulo dedicado ao mobiliário brasileiro, integrante da obra coletiva *As artes plásticas no Brasil*, prefaciada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e publicada em 1952,⁴⁸ Wasth Rodrigues nos dá a conhecer suas fontes, não por acaso os autores mencionados anteriormente, acrescidos da obra *Nosso mobiliário*, de Nogueira de Brito.⁴⁹

Desnecessário dizer que tanto seus textos como seus desenhos retratavam arcas de madeira, não revestidas de couro ou moscóvia, algumas com gavetas por baixo, muito próximas das caixas dos inventários paulistas e baianos (Figura 5).

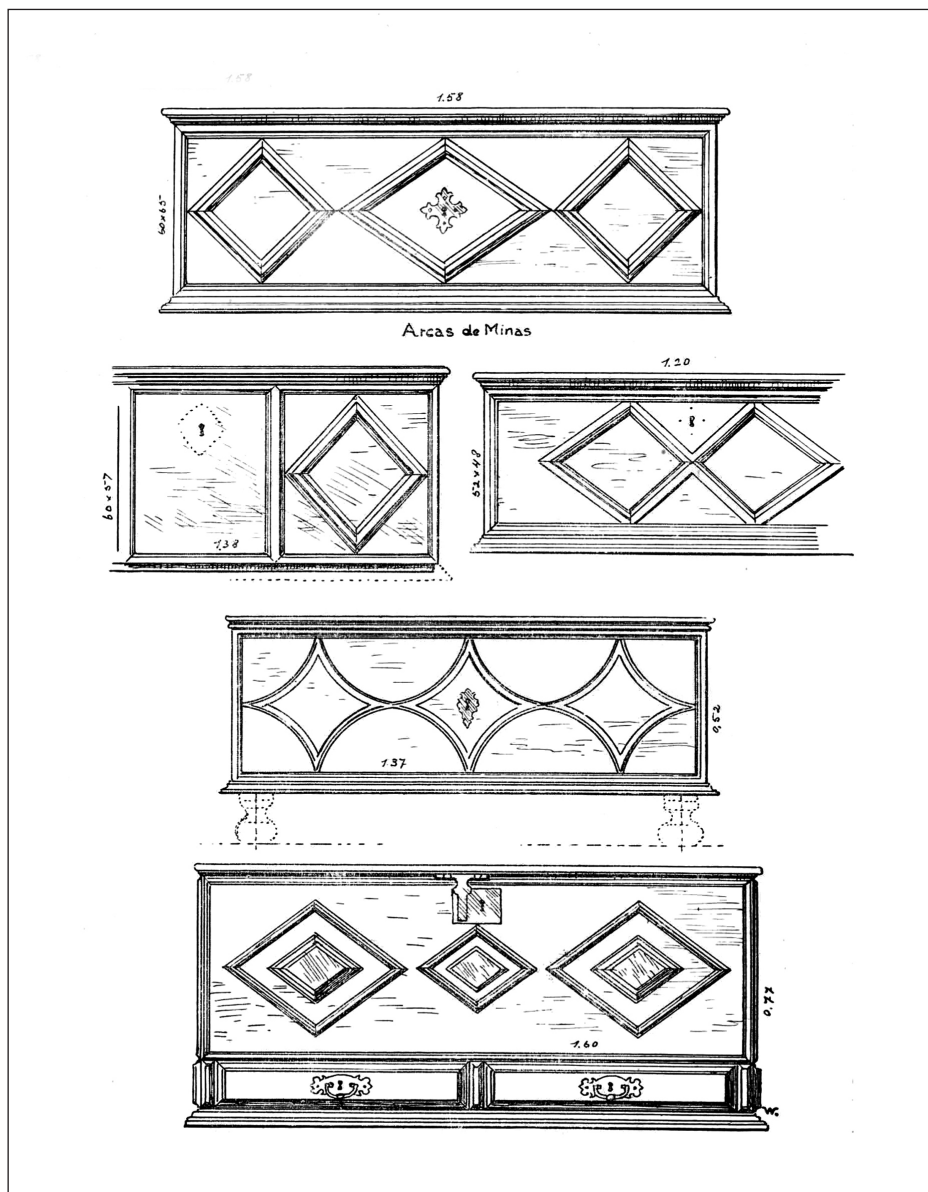


Figura 5: Arcas de Minas. Rodrigues (1943, v. 7, p. 93)

50. Machado (1980, p. 74).

51. Inventário de Valentim de Barros (1651). In: *Inventários e testamentos* (1921).

Poder-se-ia argumentar que isso se deve à prevalência do método empírico da observação e do apoio em determinado círculo de autores. Entretanto, foi ele o ilustrador da terceira edição de *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, publicada em 1943 (a primeira edição é de 1929) e alicerçada em fontes textuais de época.

Baseado em cerca de 450 inventários dos séculos XVI, XVII e primeira metade do XVIII, o autor procurou retratar a vida material do paulista, marcada pela pobreza e simplicidade. No capítulo intitulado "O mobiliário", mostrou essa faceta por meio do despojamento dos interiores domésticos, apontando os poucos móveis que os compunham, sempre representados por caixas. Somente em um caso, o de Valentim de Barros, falecido em 1651, comentou ser possuidor de "duas arcas para guardar roupa".⁵⁰

Como não fez uso do recurso da transcrição, amplamente utilizado no restante do capítulo, decidimos confirmar a informação e recorreremos à documentação original para, de fato, constatar que as duas arcas não figuravam no inventário, nem havia menção a sua utilidade em guardar roupas. O que lá estava descrito pelos avaliadores eram duas caixas, uma de seis palmos e meio e outra de seis palmos.⁵¹ Mais uma vez, reforçava-se o emprego de um termo pelo outro na primeira metade do século XX.

Porém, a despeito da predominância do emprego do termo caixas no capítulo, a ilustração que lhe dá o fechamento é de autoria de Wasth Rodrigues – desenho sem legenda, mas referenciado no sumário da obra como arca (Figura 6).

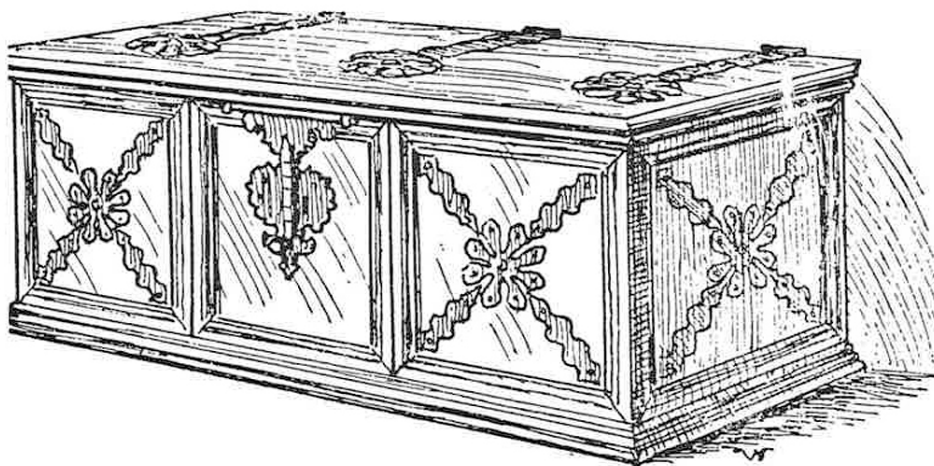


Figura 6: Arca. Rodrigues (1980, p. 76)

É com esse arcabouço prático e de estudos que Wasth Rodrigues chegou ao Museu Paulista em 1948 a fim de empreender, segundo as palavras de seu diretor, Sérgio Buarque de Holanda, “revisão dos assentamentos e reclassificação das peças de armaria”⁵² tombadas pelo SPHAN na década anterior. Como vimos, ele fez muito mais do que lhe fora incumbido, reclassificando veículos terrestres e móveis do acervo.

A peça 062 (Figura 3) foi adquirida pelo Museu Paulista em 1897 mediante compra do Sr. Eugênio Hollander, que a ofereceu à instituição como um “bauzinho para guardar roupas de crianças pertencente a família nobre paulista, época 1700 a 1720”.⁵³ Esse documento, escrito de próprio punho pelo vendedor, indica que, em fins do século XIX, os coevos designavam a caixa como baú, ainda que não tivesse o tampo abaulado. No caso da peça 608 (Figura 4), a data de seu ingresso é desconhecida, mas ela já figura no inventário de acervo do Museu Paulista de 1932, como “arca comum de guardar roupa”.⁵⁴ Nas fichas de Wasth Rodrigues, passaram respectivamente a figurar como “pequena arca do século XVIII em cedro com guarnições de jacarandá” e “arca do século XIX, tipo muito usado na província de São Paulo em lugar de armário e cômoda”.⁵⁵

Embora não tivesse sido ele o primeiro a nomear as peças 062 e 608 como arcas, fora o responsável por cristalizá-las com essa nomenclatura nas fichas de “descrição de mobiliário”, detalhada e criteriosamente descritas, imprimindo a marca do SPHAN no acervo colonial do Museu Paulista.

Mas não só. Na década seguinte, Wasth Rodrigues seria o autor das ilustrações do *Catálogo de móveis & alfaías comuns às casas paulistas (séculos XVII & XVIII)* enviado a possíveis doadores de peças antigas à Casa do Bandeirante, que se constituía para a comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, mais uma vez associando e perpetuando a nomenclatura das arcas aos móveis similares às caixas dos interiores domésticos coloniais.⁵⁶

Comentários à guisa de conclusão

A análise conjugada de fontes textuais, iconográficas e tridimensionais evidenciou que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os habitantes da cidade de São Paulo, sobretudo os agentes mercantis, lançavam mão de canastras, baús cobertos de couro, arcas revestidas de moscóvia e caixas de carga para fazer circular suas mercadorias. Porém, mais do que isso, indica o mérito do papel desses artefatos como mediadores de relações sociais, colocando em contato os mercadores de São Paulo e as populações mineradoras, e, dessa forma, integrando economicamente regiões da América portuguesa por meio da circulação de artefatos.

Por outro lado, a sedimentação das populações na capital paulista contou, durante muito tempo, com o predomínio de caixas nos ambientes

52. Museu Paulista – Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Relatórios de Atividades – 1948, p. 1.

53. Carta de 11.03.1897 do Sr. Eugênio Hollander oferecendo o objeto ao Museu Paulista. Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Correspondências – 1897.

54. Museu Paulista – Arquivo Permanente do Museu Paulista – FMP – Série: Inventários de Acervo – 1932.

55. Respectivamente fichas 34 e 03. Rodrigues (1948).

56. Sobre a construção física e simbólica da Casa do Bandeirante, ver Santos, Andréa Maria Zabrieszch Afonso dos (2016).

residenciais, que serviam para guardar uma infinidade de objetos – peças de vestuário, mantimentos, louças, alfaías. De madeira, com fechaduras, sem revestimento de couro, algumas eram confeccionadas em jacarandá-da-baía, o que evidencia a importação de móveis daquela capitania, articulando, por outros circuitos, São Paulo a diferentes espaços coloniais, para além do centro-sul.

Mas, talvez mais do que isso, as pesquisas realizadas com base em acervos museológicos, iconografia e documentos textuais nos incitam a propor uma agenda de trabalho sobre espaços domésticos na América portuguesa.

Em primeiro lugar, é necessário criar e alimentar um banco de inventários das várias regiões coloniais a fim de compararmos os artefatos domésticos, pois, a nosso ver, a posse e o uso social de determinados objetos concorriam para o reforço do sentimento de pertença ao império lusitano nos mais recônditos lugares da colônia, a um só tempo demarcando especificidades e identidades.

Em segundo lugar, o uso dos documentos textuais de época é fundamental para desvendar realidades ironicamente obscurecidas pelo tratamento dado, por vezes, aos acervos museológicos, que, por sua materialidade visível e mensurável, poderiam ser vetores para iluminar as realidades passadas. Tal procedimento vai ao encontro das afirmações de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre a falsa ideia de que a escassez de objetos subsistentes possa ser um entrave para as pesquisas de cultura material. Em suas palavras,

ao contrário do entendimento ainda muito comum entre nossos historiadores, os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos e, eventualmente, seu contexto, como se fossem um segmento à parte da vida social – mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. É por isso que tais estudos, longe de constituírem um domínio próprio, autônomo, podem estar presentes nos diversos campos da História. Daí a insuficiência de se trabalhar apenas ou preponderantemente com documentação material.⁵⁷

Se, por um lado, é um privilégio dispormos de documentos materiais remanescentes nos museus, por outro, há que se problematizar as denominações a eles atribuídas, sendo nosso papel como historiadores em instituições museológicas lastreá-las com base na nomenclatura de época. O confronto entre fontes documentais de natureza diversa nos acautela de tomarmos um objeto por outro, um fato por outro, e nos leva a refletir sobre a historicidade dos termos e sobre o emprego das palavras a partir do lugar de onde falam os agentes sociais, para que não se corra o risco, em extremos, de se forjar um passado anacrônico.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo – Inventários e testamentos

Agostinho Duarte do Rego, 1752, C00528

Alexandre Monteiro de Sampaio, 1755, C00703

Ana de Oliveira Montes, 1765, C00664

Ana Francisca Novaes, 1805, 201007000449 – 1090

Ana Maria de Assumpção, 1806, 201006003837 – 1587

André Alvares de Castro, 1752, C00721

Aniceto Fernandes, 1762, C00540

Antonio Barbosa de Lima, 1764, C00631

Antonio da Costa Rodrigues, 1773, C00631

Antonio José Vaz, 1825, 201006003973 – 1203

Antonio José Vieira Barbosa, 1831, 201006003416 – 1091

Antonio Ribeiro Pires e Maria Rodrigues Barbosa, 1760, C00634

Antonio Rodrigues Froes, 1756, C00634

Bartolomeu Bueno Cacunda, 1750, C00707

Bartolomeu Correa Bueno, 1753, C00707

Bento de Oliveira Lima, 1769, C00668

Bento Dias Vieira, 1823, 201007000202 – 470

Bento do Amaral da Silva, 1753, C00645

Caterina Mendes Tenória, 1747, C00658

Cornélio Rodrigues Arzão, 1750, C00658

Diogo de Toledo Lara, 1743, C00643

Diogo José da Silva, 1824, 201006003981 – 1185

Diogo José de Souza, 1811, 201007000516 – 1894

Domingos Barreto de Lima, 1756, C00643

Domingos Fernandes Lima, 1812, 201006003305 – 1895

Domingos João Vilarinhos, 1766, C00544

Domingos Lobo de Oliveira, 1750, C00643

Escolástica Veloso, 1753, C00530

Francisco Afonso Lima, 1756, C00690

Francisco Coelho Aires, 1776, C00640

Francisco da Silva Coelho, 1750, C00523

Francisco Duarte do Rego, 1782, C00726

Francisco Leandro Leme de Moraes, 1837, 201007000188 – 285

Francisco Pereira Mendes, 1781, C00664

Francisco Pinheiro de Sepeda, 1760, C00690

Gaspar de Matos, 1735, C00734

Genebra de Barros Leite, 1838, 201007000804 – 531

Inácia Maria Rodrigues, 1768, C00546

Inacio Soares de Barros, 1759, C00670

Izidora do Amaral, 1750, C00670

João da Mota Liver, 1771, C00654

João do Prado de Siqueira, 1742, C00733

João Francisco Lustosa, 1746, C00667

João José de Alvarenga, 1836, 201007000260 – 548

João Pinto Rodrigues, 1761, C00620

João Rodrigues Vaz, 1746, C00659 + avulso

Joaquim Dias Vieira, 1835 201006003486 – 307

Joaquim José dos Santos, 1828, 201006004032 – 472

Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, 1834, C00623

José Barbosa de Lima, 1755, C00686

José Casado Vilas Boas, 1749, C00707

José da Costa Vale, 1780, C00674

José da Silva Ferrão, 1762, C00541

José da Silva Góes, 1748, C00659

José de Lemos e Moraes, 1744, C00658

José do Prado da Cunha, 1749, C00519

José Pinto Tavares, 1815, 201007000466 – 1169

José Pires de Almeida, 1771, C00737

José Rodrigues Pereira, 1770, C00686

José Vaz de Carvalho, 1825, 201006003982 – 981

Juliana Maciel, 1754, C00623

Luis Rodrigues Lisboa, 1761, C00538

Manoel Cardoso de Abreu, 1804, 201007000351 – 1631

Manoel de Gois Cardoso e Isabel de Almeida, 1744, C00623

Manoel de Macedo, 1753, C00531 e 705

Manoel Francisco Domingues, 1771, C00652

Manoel Gonçalves Sete, 1755, C00653

Manoel José da Cunha, 1746, C00651

Manoel Luis da Costa, 1755, C00703

Manoel Mendes de Almeida, 1756, C00532

Manoel Pedroso Oliveira, 1742, C00623

Manoel Rodrigues Ferreira, 1768, C00665

Manoel Veloso, 1752, C00528

Manuel Rodrigues Jordão (alferes), 1786, C00652

Marcos Francisco, 1758, C00647

Maria Francisca Lustosa, 1758, C00689

Maria Josefa Mendes da Silva, 1806, 201007000452 – 1175

Matias de Castro de Oliveira, 1757, C00650

Matias de Oliveira Lobo, 1745, C00650

Mecia de Aguirra de Camargo, 1753, C00650

Modesto Antonio Coelho Neto, 1803, 201007000171 – 1170

Nicolau Francisco Rosal, 1751, C00641

Pedro da Silva Pontes, 1763, C00719

Pulqueria Maria de Barros, 1837, 201007000250 – 609

Rosa Maria do Rozario Pedrosa, 1803, 201007000541 – 1197

Vicente Ferreira Neves, 1766, C00663

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Inventários e testamentos

Manuel Rodrigues Jordão (brigadeiro): Inventários do 1º cartório de família, proc. 229-1828.

Luis Antonio de Souza Queiroz (brigadeiro): Inventários do 1º cartório de família, proc. 530-1819.

Museu Paulista – Serviço de Documentação Histórica e Iconografia

Arquivo Permanente – Fundo Museu Paulista – Série: Correspondências – 1897.

Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo

Catálogo de móveis & alfaías comuns às casas paulistas, séculos XVII & XVIII. Pasta Casa do Bandeirante. Biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico – DPH.

FONTES IMPRESSAS

Museu Paulista – Serviço de Documentação Histórica e Iconografia

Arquivo Permanente – Fundo Museu Paulista – Série: Inventários de Acervo – 1932.

Arquivo Permanente – Fundo Museu Paulista – Série: Inventários de Acervo – 1948.

Arquivo Permanente – Fundo Museu Paulista – Série: Relatórios de Atividades – 1948.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624520069>>. Acesso em 22 jan. 17.

INVENTÁRIOS e testamentos. São Paulo: Divisão de Arquivos do Estado, v. 15, 1921.

FONTES TRIDIMENSIONAIS

Museu Paulista – Serviço de Objetos

Arca: canastra – RG 1-05-03-000-06413-00-00

Arca – RG 1-05-03-00000062-00-00

Arca – RG 1-05-03-00000608-00-00

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BRANDÃO, Angela. *José Wasth Rodrigues e uma história da cultura material*. 2006. Disponível em: <[http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2006/download/I-seminario-historia-ichs-ufop\(2006\)-n06.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2006/download/I-seminario-historia-ichs-ufop(2006)-n06.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 16.

BREFFÉ, Ana Cláudia Fonseca. Paradigma da história nacional? O Museu Paulista ao longo do século XX. In: *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 136-154.

BRITO, Francisco Nogueira. *Nosso mobiliário*. Lisboa: Lello & Irmão, s.d.

BRUNO, Ernani da Silva. *O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

CANTI, Tilde. *O Móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido G. de P. Machado, 1980.

CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 22, n. 2, 2014, p. 105-152.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do Iphan*. Campinas, 2015. 444p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, 1939, p. 149-162.

FERREZ, Helena Dodd & BIANCHI, Maria Helena Bianchi. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1987.

FLEXOR, Maria Helena. Mobiliário baiano: questão de nomenclatura. In: BESSA, Pedro Pires (org.). *Integração latino-americana*. Juiz de Fora: UFJF; Belo Horizonte: Fapemig, 1993, p. 323-327.

FLEXOR, Maria Helena. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Projeto Monumenta, 2009.

FRANCO, Carlos. *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

FREIRE, Fernanda Castro. *Mobiliário: móveis de conter, pousar e de aparato*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2002.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012, p. 145-158.

GOODMAN, Dena. The secrétaire and the integration of the eighteenth-century self. In: GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (org.). *Furnishing the eighteenth century: what furniture can tell us about European and American past*. Nova York; Londres: Routledge, 2007, p. 183-204.

HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*, vol. 32, n. 4, 1999, p. 415-445.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2009, v. 22, n. 43, p. 141-161.

LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 1, 1993, p. 147-178.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e cotidiano, 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX*, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

_____. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: Edusc, 2005, p. 33-56.

NORMAS de Inventário. Mobiliário. Artes plásticas e artes decorativas. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

PAIXÃO, Giselle Marques Leite. *Sistema descritivo para acervos de mobiliário*. Instrumento para catalogação produzido para o Serviço de Objetos do Museu Paulista/USP, com idealização de Heloísa Barbuy, 1999.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, jan./dez., 1996, p. 265-282.

REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mobiliário Nacional. Documentação fotográfica. Rio de Janeiro, n. 1, 1937, s.f.

RODRIGUES, José Wasth. Arca. In: MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 76.

_____. *Mobiliário: as artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 7, 1943, p. 70-96.

SANTOS, Andréa Maria Zabrieszsch Afonso dos. *A Casa do Bandeirante como espaço museológico*. São Paulo, 2016. 266 p. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo.

SANTOS, José Almeida. O estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 6, 1942, p. 319-335.

SARGENTSON, Carolyn. Looking at furniture inside out: Strategies of secrecy and security in eighteenth-century French furniture. In: GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (org.). *Furnishing the eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. Nova York; Londres: Routledge, 2007, p. 205-236.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Rio de Janeiro, 2010. 185 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas.

TRINDADE, Jaelson Bitran. O fantasma de Debret. *Revista de História*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/o-fantasma-de-debret>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Artigo apresentado em 23/01/2017. Aprovado em 14/03/2017.